

Anderson Torres e as perguntas sem resposta

Preso, ex-secretário de Segurança aguarda a Justiça marcar data para depôr. Interventor aponta "gente treinada" nos ataques

» ÂNDREA MALCHER
» RAFAELA GONÇALVES

Fotos: Carlos Vieira/CB/D.A.Press



O ex-secretário de Segurança do DF Anderson Torres é flagrado olhando pela janela do quartel da PM, onde aguarda o momento de depor

A semana começa com a expectativa pelo depoimento do ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres, que segue preso provisoriamente no 4º Batalhão da Polícia Militar, no Guará. Ele deve dar explicações sobre a minuta de um decreto encontrada pela Polícia Federal (PF), que previa intervenção na Justiça Eleitoral, e se foi omisso ou conivente com os atos golpistas contra os Três Poderes. A data do depoimento ainda não foi repassada aos advogados. Ontem, o repórter fotográfico do **Correio** Carlos Vieira o flagrou na janela do Batalhão de Aviação Operacional, que fica no complexo da BPM, sem camisa, observando o movimento na rua.

O ex-ministro de Jair Bolsonaro não recebeu visitas, exceto a do advogado Rodrigo Roca, que levou almoço ao cliente por volta das 13h30. Ele ficou nas dependências da PM por cerca de uma hora e meia.

Torres está preso por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, sob a suspeita de omissão e conivência com os atos terroristas de 8 de janeiro. Nomeado secretário de Segurança Pública do DF, ele foi exonerado no mesmo dia dos fatos pelo governador Ibaneis Rocha que, por sua vez, foi afastado do cargo por Moraes por 90 dias como um dos desdobramentos do caos que tomou conta do coração de Brasília.

Em uma operação de busca e apreensão na residência de Torres — que é delegado da Polícia Federal —, em um condomínio do Jardim Botânico, os agentes encontraram a minuta do golpe, prevendo a decretação de Estado de Defesa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que poderia ser usado para uma tentativa de alterar o resultado das eleições presidenciais de 2022.

O depoimento de Anderson Torres deverá explicar algumas questões como, por exemplo, a autoria do rascunho do decreto encontrado pela PF. Outra questão é se o agora ex-presidente Bolsonaro sabia da intenção de desrespeitar a eleição e impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, e mesmo, o que impediu a tentativa de intervenção do Executivo.

Sobre a ação de Torres em relação aos atos de vandalismo na Praça dos Três Poderes, cabe explicações sobre a acusação de Ibaneis Rocha de que houve sabotagem das forças de segurança do DF.

Em depoimento prestado à PF na última sexta-feira, o governador atribuiu a responsabilidade de impedir os ataques integralmente à Secretaria de Segurança Pública. Ele afirmou que recebeu a preocupação do ministro da Justiça, Flávio Dino, com a chegada de vários ônibus com manifestantes na véspera dos ataques. A movimentação foi informada a Ibaneis pelo secretário interino Fernando Oliveira, pois Torres estava de férias nos Estados Unidos. Oliveira atualizou as informações ao governador no domingo, e repetiu que os ânimos estavam "calmos" na frente do Quartel-General do Exército.

Ao ver as imagens da invasão dos palácios na televisão, o governador determinou ao secretário em exercício que tirasse "esses vagabundos do Congresso". "Prendam o máximo possível", ordenou. Ibaneis destacou no depoimento que acredita que "houve algum tipo de sabotagem", que foi "absolutamente surpreendido com a falta de resistência por parte da PMDF" e que ficou revoltado ao ver policiais confraternizando com extremistas. Ele explicou que afastou Torres, reconduzido à chefia da Segurança Pública do DF após o fim do governo Bolsonaro, devido ao "fato de que este estava ausente do país no momento do trágico acontecimento".

"Gente treinada"

Em entrevista ao *Fantástico*, da TV Globo, na noite de ontem, o interventor da segurança no Distrito Federal, Ricardo Cappelli, mais uma vez, apontou a conivência de alguns membros das forças policiais que atuaram no dia do ataque e afirmou que 44 PMs ficaram feridos no embate contra os invasores dos Três Poderes. Segundo ele, havia gente preparada em combate entre os manifestantes golpistas. "Eles enfrentaram homens profissionais entre os manifestantes. Gente treinada e preparada. Gente que tinha noção de tática de enfrentamento, gente que tinha luva própria para devolver granada e artefatos, e gente que, por muito pouco, não ceifou a vida de um policial militar", afirmou.

Cappelli disse ainda que encontrou o comando da segurança do DF atordoado e que era hora de "separar o joio do trigo", em referência às trocas feitas no efetivo da polícia local. "Os que falharam, os que foram omissos, os que foram cúmplices e aqueles que honram a instituição, a polícia militar do Distrito Federal." E alertou que "o dia 8 ainda não acabou. Essa noite ainda tem muita história por trás dela, muita investigação, e a gente vai até o fim."

Coronel da PM acusa Exército

» TALITA DE SOUZA

O coronel Fábio Augusto Vieira, ex-comandante da Polícia Militar do DF, afirmou, em depoimento prestado à Polícia Federal, que não recebeu ordens para impedir o deslocamento dos bolsonaristas à Esplanada dos Ministérios, ação que antecedeu a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, no último dia 8. Ele ainda revelou que o Exército impediu a polícia de prender golpistas.

Exonerado um dia após os atos e preso na última terça-feira por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, Vieira declarou que o setor de inteligência apontou que não havia indicativo de ações violentas no ato — que já era esperado pelos órgãos de segurança pública. O PM afirmou que, mesmo na escolta policial feita ao longo do trajeto dos bolsonaristas do QG do Exército até a Praça dos Três Poderes "não havia indicativo de desordem ou violência".

Outro ponto levantado pelo ex-comandante para afirmar não ter responsabilidade quanto à invasão e depredação da Praça dos Três Poderes foi ser comunicado, "apenas na madrugada de sábado", sobre a chegada de mais ônibus de bolsonaristas a Brasília. "Até então, a inteligência havia identificado poucos veículos, o que corroborava a informação de uma reunião sem indicadores de violência", diz em depoimento.

Ao saber do maior fluxo de manifestantes na capital, ele disse ter questionado o comando operacional responsável pela ação de monitoramento dos atos e foi informado que "o contingente (de policiais) era suficiente" para manter a ordem.

O policial também apontou erros da segurança na Praça dos Três Poderes: o gradil, cuja montagem é de responsabilidade do Congresso Nacional, estava posicionado de maneira errada, "não havia contingente suficiente da Polícia Legislativa e não havia policiamento suficiente no Planalto, que é de responsabilidade do Exército".

Durante a invasão, Fábio afirmou ter agido de maneira enérgica e de ter, ele próprio, se envolvido diretamente na contenção dos golpistas. Ele disse que foi "ferido em combate com vândalos" e que entrou "em luta corporal com manifestantes". Também afirmou que deu ordem para "a detenção de todos".

O ex-comandante revelou ainda que, após a contenção dos golpistas, o Exército tentou impedir os agentes da Polícia Militar de promover a prisão dos criminosos. A intervenção do Exército não teria sido inédita, de acordo com Fábio: por três vezes, segundo ele, soldados da Força impediram policiais militares de desmobilizar o acampamento bolsonarista instalado em frente ao QG do Setor Militar Urbano. O policial disse que "chegou a mobilizar 500 homens com objetivo de acabar com o acampamento".

Suspeitos de preparar atentado a bomba viram réus

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) aceitou a denúncia contra George Washington de Oliveira Sousa, Alan Diego dos Santos e Wellington Macedo de Souza pelo envolvimento na tentativa de explosão de uma bomba deixada sob um caminhão de combustível estacionado nas imediações do Aeroporto de Brasília, na véspera de Natal.

A decisão é do juiz Osvaldo Tovani, da 8ª Vara Criminal de Brasília, e atende à denúncia do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), a partir da investigação feita pela Polícia Civil. Os réus responderão pelo crime de explosão, que ocorre quando há "perigo à vida, à integridade física ou ao patrimônio de outrem, mediante explosão, arremesso ou simples colocação de engenho de dinamite ou de substância de efeitos análogos", que tem pena prevista de 3 a 6 anos de prisão e multa. A investigação confirmou que, de fato, o artefato se tratava de uma mistura explosiva.

O MP, no entanto, quer aumentar a pena em um terço, pois o crime teve como alvo um depósito de combustível, que poderia potencializar os danos. As acusações de terrorismo serão enviadas à Justiça Federal, que avaliará se há crime contra o Estado Democrático de Direito.

Segundo as investigações, a bomba foi entregue aos acusados no acampamento de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro instalado na frente do QG do Exército.

Lista de nomes

Outra decisão referente a atos antidemocráticos foi a da Vara de Execuções Penais do TJDFT, determinando que a Secretaria de Administração Penitenciária do DF (Seape-DF) divulgue a lista dos radicais presos pelos atos de vandalismo contra o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal e liberados após audiência de custódia.

PCDF/Divulgação



George Washington é um dos acusados de planejar explosão no DF

A decisão, publicada ontem, atendeu a um pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), "a fim de evitar tumulto na entrada das unidades prisionais", tendo em vista que, ao todo, 1.395 pessoas foram presas. Dessas, 903 foram encaminhadas para o Centro de Detenção Provisória 2, no Complexo da Papuda, e 492 para a Penitenciária Feminina do DF, conhecida como Colmeia.

A medida visa a evitar que apoiadores e parentes dos bolsonaristas se desloquem às unidades em busca de informação. Ao **Correio**, a Seape garantiu que ainda não recebeu nenhum alvará de soltura em favor dos detidos mas, caso ocorra, a lista será divulgada.

A Vara de Execuções Penais também informou que é falsa a informação que circula na internet sobre a soltura de presas e presos do regime semiaberto ou de concessão de antecipação de progressão de regime para acomodar os bolsonaristas radicais que lotam as dependências do sistema prisional do DF.

Em nota, assegurou que todos os detidos pelos atos já estão alocados em locais separados dos demais presos e aguardam a realização das audiências de custódia e posterior decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes.

"Os demais presos em cumprimento de pena do Distrito Federal seguem regularmente alocados, de acordo com suas titulações processuais, assim como os seus respectivos processos seguem tramitando regularmente perante a Vara de Execuções Penais do DF", informou. **(AM)**